



Feminismo em pauta, pautas do feminismo: análise temática da *Revista AzMina*

Gabriela Schander¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: Este artigo apresenta como objeto de estudo os temas mobilizados em um veículo de jornalismo feminista. O objetivo da pesquisa é compor um levantamento das temáticas predominantes nos textos analisados. O objeto empírico é a *Revista AzMina*, com o *corpus* constituído de 33 reportagens em profundidade veiculadas entre junho de 2016 a junho de 2020. Como metodologia utilizada, emprego a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). Acerca dos resultados do estudo, ao todo foram categorizadas 14 temáticas presentes, sendo as cinco de maior predominância: Violência (21%), Política (14%), Raça (13%), Classe (11%) e Outros (9%).

Palavras-chave: Jornalismo; Gênero; Jornalismo feminista; Análise de Conteúdo; *Revista AzMina*.

1. Introdução

A história do movimento feminista é marcada pela presença dos meios de comunicação como canais imprescindíveis para divulgação dos ideais e ações do movimento. Em especial, o jornalismo feminista, surgido em meados do século XIX, é fruto da luta pela instrução feminina e pela visibilização das mulheres na sociedade brasileira, na altura em que haviam poucos espaços de oposição ao nosso posto de “segundo sexo”, nos termos de Simone de Beauvoir (1970). Pela capacidade desse tipo de jornalismo expor à cena pública questões relativas aos direitos das mulheres, mostra-se de suma

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. E-mail: gabischander@gmail.com.

importância que tomemos como objetos de estudo e empíricos, no campo das investigações em jornalismo, iniciativas com perspectiva de gênero e/ou feminista. Atentarmos o olhar para essa produção jornalística situada, no sentido de buscar compreender as contribuições que uma mirada de gênero pode auxiliar no entendimento e complexificação do campo de estudos jornalísticos, possibilita que rupturas sejam feitas em uma prática que funciona a partir de lógicas masculinistas (VEIGA DA SILVA, 2014).

Essa estruturação baseada em lógicas masculinistas se dá em razão de haver dominância de um paradigma moderno-positivista-masculinista ocidental localizado em um sistema-mundo que é capitalista, racista, heterossexista, ocidentalista etc. Isso faz com que o conhecimento produzido na sociedade e no jornalismo seja perpassado por “redes de poder-saber tecidas em diferentes pontos de suas estruturas e hierarquias, principalmente a partir de valores, normas e procedimentos mais afeitos a dificultar o exercício da práxis e a reproduzir o que já existe” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 261). Dessa forma, temos no jornalismo a reprodução de um sistema que normatiza os discursos de acordo com sentidos, especialmente hegemônicos, em função de estar condicionado histórico, social e culturalmente por contextos e subjetividades daquelas e aqueles que o produzem.

Junto a Marcia Veiga da Silva (2014), compreendo que as notícias são envolvidas por visões de mundo que auxiliam na orientação dos parâmetros e valores circulantes na sociedade. Assim, se torna evidente a contribuição do jornalismo, conjuntamente à comunicação, na construção do imaginário social (WOITOWICZ, 2010). Por isso, haver narrativas que disputam os sentidos decorrentes e correspondentes a esse sistema-mundo mostra-se fundamental para o desenvolvimento de um protagonismo social para grupos minoritários (BURCH, 1996), advindo da visibilidade pública midiática que os discursos angariam quando são apropriados e projetados publicamente.

Nesse sentido, criar veículos midiáticos, e em especial jornalísticos, é um movimento resultante do entendimento da mídia como matriz configuradora de identidades culturais. Isso porque ela concede visibilidade às ações de outros campos sociais e assegura certos modos de existência próprios (COGO, 2004). Por esse motivo, uma estratégia de ação política direta toma forma quando da contestação discursiva à exclusão,

dominação e subordinação dos sentidos hegemônicos (MELO, 2003) por meio da ocupação desse espaço simbólico de disputas que é o campo midiático/jornalístico.

No que tange especificamente o movimento feminista, as ativistas compreenderam rapidamente a necessidade de criação de veículos próprios, o que fez com que ao longo do tempo houvesse uma construção mais robusta de uma imprensa e um jornalismo feminista. Nos termos de Elizabeth Cardoso (2004), esse tipo de jornalismo foi caracterizado por seu caráter quantitativo (alto volume de títulos), qualitativo (divulga e organiza o movimento feminista), nacional (distribuição geográfica por todo território nacional) e contínuo (há publicações até a atualidade). Especificamente sobre essa última característica, é possível perceber ainda hoje essa continuidade, a qual foi potencializada pelas possibilidades de baixo custo proporcionadas pelo ciberespaço que fizeram emergir iniciativas jornalísticas feministas exclusivamente na internet, a exemplo do *Portal Catarinas*, *Portal Geledés*, *Revista AzMina*, entre outras.

Partindo da necessidade de apreensão desses outros arranjos, saberes e práticas jornalísticas localizadas no campo feminista, este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, minha dissertação de mestrado, na qual procuro compreender aspectos relacionados à prática de um jornalismo com perspectiva de gênero nas reportagens da *Revista AzMina*. Para tanto, uma etapa que me parece fundamental, sendo o objeto de estudo da presente pesquisa, é a composição de uma análise temática dos conteúdos presentes nas reportagens especiais produzidas pela *AzMina*. Tal movimento se dá no sentido de forjar uma aproximação com os textos publicados pela revista, pensando sobre as relações que podem ser traçadas entre as pautas do movimento e do jornalismo feminista, além de realizar um paralelo com as temáticas predominantes nos anos 1970 e 1980 por jornais feministas, estudo empreendido por Barbara Popadiuk e Karina Woitowicz (2018). Assim, utilizo como metodologia a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011) com a finalidade de categorizar as temáticas presentes nas reportagens analisadas.

2. Jornalismo feminista

Desde o surgimento dos primeiros ideais do feminismo, as feministas letradas brasileiras encontraram a necessidade de ocupação dos espaços midiáticos para divulga-

ção e disseminação de ideias e pautas feministas, como a reivindicação pela educação formal para mulheres. O jornal *O Sexo Feminino* (1873), por exemplo, é considerado o veículo mais impactante da época por dirigir-se à mulher para falar sobre seus direitos e sua identidade, defendendo independência econômica e direito à educação (BANDEIRA, 2015). A proposta temática desse jornal era diferente dos temas habituais que vinham sendo publicados pela imprensa feminina desde o início do século XIX. Isso porque esses periódicos, dirigidos ao público feminino, buscavam abordar assuntos que ajudassem a moldar as mulheres à imagem da mãe, esposa e dona de casa perfeitas, com ausência ou pouca menção à instrução feminina. Por discordar dessa padronização²:

O movimento feminista desde cedo reconheceu na mídia uma lógica impulsionadora da cultura do consumo e de imagens estereotipadas da mulher – ligadas ao ideal de beleza e aos papéis de esposa e mãe – que se cristalizam no imaginário social de diferentes épocas. Ao reconhecer o papel da mídia na produção de representações de gênero, os grupos de mulheres passam a lançar críticas ao tratamento de determinadas questões e à propagação de valores de uma ideologia hegemônica que reforça a desigualdade entre homens e mulheres (WOITOWICZ, 2010, p. 81).

Embora apresentem propostas distintas, o jornalismo feminino e o feminista engendraram-se como locais centrais para reflexão acerca da condição da mulher na sociedade brasileira, na qual até 1870 encontrava boa parte de suas mulheres analfabetas. Como aponta Constância Lima Duarte (2017, p. 14), “mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”. Assim, podemos dizer que nas páginas desses periódicos, mesmo em alguns daqueles considerados femininos, estavam presentes reivindicações e lutas que acompanharam as mulheres ao longo da história, ajudando a construir identidades de resistência por meio de conteúdos críticos que articulam o feminismo como prática política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010).

Quando partimos para uma caracterização desse jornalismo feminista, para além dos elementos apresentados por Elizabeth Cardoso (2004), muitas vezes esse tipo de

²Embora houvesse essa discordância, alguns veículos feministas à época ainda reproduziam essa mesma imagem conservadora da mãe, esposa e dona de casa, reforçando os papéis sociais tradicionalmente designados às mulheres. Isso fez com que, muitas vezes, o conteúdo desses periódicos fosse aproximado ao do jornalismo feminino (BANDEIRA, 2015).

jornalismo está incluso no montante de publicações da imprensa feminina³, entendendo que o sexo das consumidoras é o que predomina na classificação. A despeito de também produzirem nessa perspectiva, Dulcília Buitoni (1986), Ana Paula Bandeira (2015) e Constância Lima Duarte (2017) fazem uma diferenciação substancial entre as duas: enquanto a imprensa feminina é pensada e dirigida para mulheres, a feminista, dirigida também ao mesmo público, se distinguiria por defender as causas das mulheres.

Recuperando a história desses veículos feministas no século XIX, quando do seu surgimento, Zahidé Lupinacci Muzart (2003) argumenta:

Esses periódicos foram avançados: defenderam os escravos, pregaram o direito ao voto, a igualdade diante da lei, o direito às profissões liberais, o pacifismo... E teceram uma imensa rede de mulheres brasileiras, e algumas portuguesas ou latino-americanas, cuja troca de idéias e de informações foi fundamental para que hoje estivéssemos aqui discutindo periódicos feministas no Brasil (MUZART, 2003, p. 232).

O desenvolvimento dessa imprensa foi se dando aos poucos, conformando-se como um retrato da época (BUIIONI, 1986). Assim, à medida que avançava o pensamento feminista, também avançava a proliferação desse jornalismo como espaço elementar para o movimento feminista. A reivindicação pelo sufrágio feminino, por exemplo, foi tomando as páginas desses veículos ao fim do século XIX e início do XX quando as discussões sobre o assunto aumentavam e ganhavam notoriedade nacional. Porém, após a conquista do voto promulgada por Getúlio Vargas em 1932 – ainda que somente para viúvas, casadas que fossem autorizadas pelos maridos ou solteiras com renda própria –, houve um arrefecimento das vozes feministas nas ruas e nos textos dos jornais e revistas, diminuindo o número de periódicos com essa perspectiva. A retomada se deu apenas nos anos 1970 e 1980 durante a ditadura militar, quando também foi o auge do jornalismo feminista.

Em referência a esse momento em que o jornalismo feminista floresceu, a pesquisa de Barbara Popadiuk e Karina Woitowicz (2018) buscou levantar alguns temas tratados por nove jornais feministas entre os anos 1970 e 1980. As autoras identificaram a presença das seguintes temáticas: saúde e direitos reprodutivos, violência contra a mulher, trabalho, participação política, movimento feminista, direitos sexuais e liberda-

³No levantamento feito por Constância Lima Duarte (2017) sobre o século XIX, a autora registra a existência de 143 periódicos da imprensa feminina e feminista no Brasil.

de, raça, situação política, creche, papel familiar, educação, representação da mulher, direitos das mulheres e outros. A predominância se deu em temas relacionadas a trabalho (15%), saúde e direitos reprodutivos (14%), situação política (11%), participação política (9%), representação da mulher (9%) e outros (9%). Tais dados informam o quanto a situação política e histórica do país na altura era uma demanda a ser pautada pelos veículos feministas, o que custou também a renegação de temáticas envolvendo questões negras, da comunidade LGBT e rurais, por exemplo (POPADIUK; WOITOWICZ, 2018). Também, embora houvessem alguns temas relacionados à especificidade das mulheres, como a saúde e os direitos reprodutivos e a representação da mulher, a dominância é relacionada ao tema político, refletindo as lutas contra o governo à época.

Essa investigação temática vai ao encontro da análise realizada por Elizabeth Cardoso (2004). Em estudo sobre os 75 periódicos que compunham a imprensa feminista deste período e além, entre 1974 e 1999, a autora classifica essa como composta por duas gerações⁴, a saber: de 1974 a 1980, a primeira geração, com a linha editorial voltada às questões de classe e temas de interesse de toda sociedade, como a carestia e a injustiça social (alguns exemplares são os jornais *Nosotras* (1974) e o *Brasil Mulher* [1975]); enquanto a segunda geração, a partir de 1981, pautava suas discussões nas questões de gênero, de forma a priorizar temas específicos da mulher como a violência, a sexualidade, a saúde reprodutiva, o trabalho feminino e as políticas públicas para mulheres (como exemplo, tivemos o *ChanacomChana* (1982) e o *Jornal Fêmea* [1992]). Assim, podemos perceber o quanto o cenário político incidiu fortemente no conteúdo produzido pelo jornalismo feminista, uma vez que essa prática estava comprometida com a oposição ao regime. Todavia, esse foco foi sendo modificado, ainda que os ideais progressistas nunca deixassem de estar presentes nas pautas do movimento.

Embora o corte temporal da pesquisa de Elizabeth Cardoso (2004) seja o último ano do século XX, a autora aponta como uma das características da imprensa feminista sua continuidade de produção, algo que segue sendo realidade em 2020. No mapa do jornalismo independente feito pela Agência Pública, encontramos 17 iniciativas de veí-

⁴Ainda que tenha realizado tal categorização, Elizabeth Cardoso (2004) assinala que alguns periódicos lançados em determinados períodos compõem uma ou outra geração diversa à preponderante em sua época.

culos com perspectiva de gênero e/ou feminista em atuação no Brasil. Facilitados seus surgimentos e disseminação de conteúdo em função do ciberespaço, é possível perceber que na produção desses jornalismo atuais privilegiam-se as mulheres como fontes, temas e enfoques, abordando as especificidades de gênero. Dessa forma:

[...] trata-se de um jornalismo de internet feito por mulheres, com conteúdos opinativos e informativos destinados a mulheres, sempre valorizando o papel da mulher na sociedade, sua forma de ser e estar, sua liberdade de expressão e, sobretudo, lutando contra os preconceitos e estereótipos culturais machistas/patriarcalistas que desvalorizam e ofendem todas as mulheres (VECHIO-LIMA; SOUZA, 2017, p. 150).

Diante das possibilidades trazidas pelo jornalismo feminista na contemporaneidade, se faz relevante compreendê-lo como carregado dessa historicidade que coabita a história das mulheres e do movimento feminista brasileiro. A partir disso, podemos começar a perceber as aproximações, diferenças, repetições e singularidades que são engendradas pelo contexto em que estão inseridos os veículos jornalísticos feministas de hoje, especialmente no que diz respeito às temáticas que abordam em seus textos.

3. A *Revista AzMina*

A *Revista AzMina*, objeto empírico desta pesquisa, é um desses veículos em atuação que produzem jornalismo feminista. A iniciativa surgiu com a missão de “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” (AZMINA, s.d.), com valores baseados na empatia, diversidade, diálogo, gestão coletiva e transparência. Por meio de um financiamento coletivo, em maio de 2015 o site angariou fundos suficientes para ir ao ar pela primeira vez. Produto jornalístico da ONG AzMina, uma instituição sem fins lucrativos, forja-se como o carro-chefe da associação para o jornalismo investigativo, funcionando atualmente por meio de *crowdfundings*, assinaturas, recursos de editais e fundações de apoio. A ONG também administra um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, o PenhaS⁵, e promove palestras, consultorias, campanhas e cursos sobre temáticas relacionadas às questões de gênero.

⁵Aplicativo PenhaS. Disponível em: <<https://azmina.com.br/penhas/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Por se tratar de uma publicação independente, a existência e manutenção de um veículo como a *Revista AzMina* corrobora com a dificuldade de sobrevivência enfrentada por periódicos de mesma proposta desde o início do jornalismo feminista (BUIIONI, 1986; WOITOWICZ, 2010). Isso se dá em razão da escassez de recursos financeiros para mídias alternativas. Em contrapartida, a independência de patrocínio e anunciantes torna-se um elemento fundamental para proporcionar maior liberdade editorial, possibilitando que a revista trate de temáticas que muitas vezes seriam invisibilizadas, cortadas ou editadas em outros veículos, especialmente os hegemônicos.

Essa liberdade editorial, por exemplo, pode ser apreendida pela nomeação das editorias em *AzMina*. Elas estão organizadas de maneira divergente às habituais encontradas em revistas femininas, havendo subversão de determinadas categorias – a título de exemplificação, podemos citar a “Descomportadas”, a qual se refere a uma editoria tradicional de comportamento. Assim, a revista é dividida em seções intituladas “Reportagens”, com 15 subseções como “Meio Ambiente” e “Esporte”; “Especiais”, com reportagens em profundidade; e “Opinião”, com 16 subcategorias que se referem à coluna de mulheres negras, como a “#FalaPreta”, transexuais com a “Mulher, trans”, uma espécie de editorial, o “Opinião d’AzMina”, uma subseção composta por relatos pessoais de leitoras, a “Divã d’AzMina”, entre outras.

Atualmente, *AzMina* vem sendo utilizada como objeto empírico em variadas pesquisas no campo da comunicação e do jornalismo. Identificando diversos aspectos relacionados ao seu conteúdo, tratando especificamente sobre um tema, como as Olimpíadas de 2016 (BECHLER, 2017), campanhas de mobilização encabeçadas pelo veículo (BUIIONI; LOPES, 2018) ou sobre aspectos gerais da revista (RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017), podemos compreender as muitas possibilidades de análise que *AzMina* traz. Isso porque:

O objetivo da revista, que é digital e gratuita, é contribuir para a redução das desigualdades de gênero no Brasil, com a pretensão de mudar a comunicação jornalística e publicitária no que se refere ao discurso de gênero e representatividade. A equipe traz à tona publicações que normalmente são esquecidas pela imprensa brasileira, como a falta de representação política da mulher e a violência doméstica. Os editoriais de moda, por exemplo, estão de acordo com princípios de sustentabilidade e rompem com o padrão de beleza inatingível, além da não utilização de Photoshop (RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017, p. 9-10).

Além disso, é interessante também atentarmos para as análises desenvolvidas sobre as especificidades discursivas. Em sua caracterização sobre a *Revista AzMina*, Ana Beatriz Silva (2017) analisa a presença de um aspecto pedagógico nos textos veiculados no site que se conformam em dois sentidos. O primeiro diz respeito ao correio sentimental, quando a presença da autoridade se dá pelo fato da “conselheira” ser feminista. A outra face desse aspecto pedagógico se refere a uma tentativa de educação política para o pensamento feminista, vista pela autora como superficial.

Levar em conta esses estudos anteriores sobre *AzMina* torna-se importante para aprofundar o olhar crítico sobre a revista. Embora não seja possível perceber a superficialidade de uma tentativa de educação política feminista apenas pela análise temática, por exemplo, é viável notar um esforço das iniciativas de jornalismo feminista, especialmente *AzMina*, em estar em diálogo constante com o movimento e o pensamento feminista, de forma a mobilizar a visibilidade concedida pelo jornalismo para buscar projeção dos temas de interesse do feminismo.

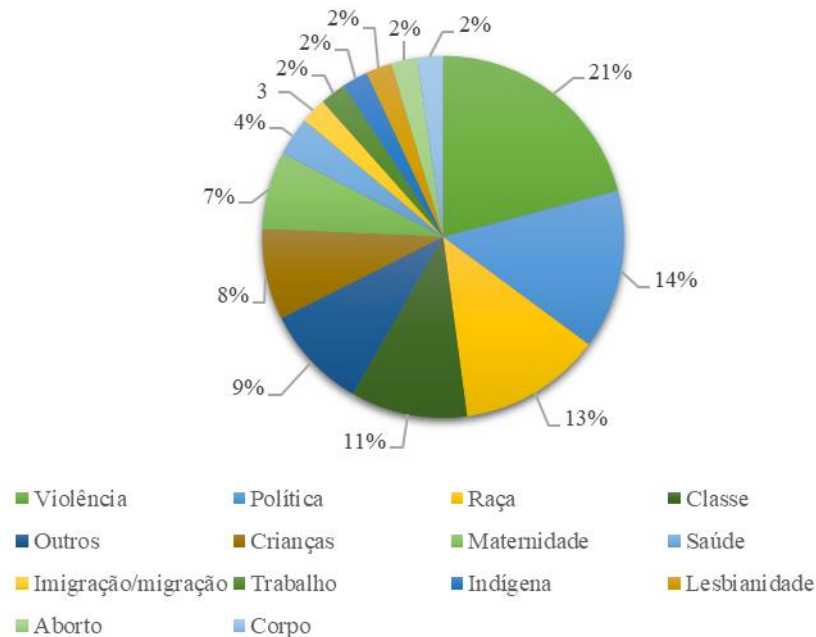
4. As temáticas presentes nas reportagens de *AzMina*

Dentre o conteúdo disponibilizado no site da revista, na etapa de pré-análise de aplicação da metodologia da Análise de Conteúdo selecionei as reportagens especiais como *corpus* analítico. Descartei os textos presentes nas colunas opinativas em razão de serem assuntos específicos, já que cada coluna se refere a determinado assunto, como sexualidade, maternidade, mulheres negras ou com deficiência. Optei ainda por não trabalhar com as reportagens gerais, pois elas também se encontram dentro de subcategorias específicas. Assim, o *corpus* que compõem esta análise diz respeito àquelas reportagens que foram categorizadas como especiais, sendo classificadas como reportagens em profundidade e não de acordo com sua temática em editoriais fixas.

As reportagens especiais da *Revista AzMina* são veiculadas desde junho de 2016, e contam com a autoria de uma gama de colaboradoras da própria revista e algumas colaborações externas, como o *Coletivo Amapoa*, *ÉNóis* e *Mulherias*, além de parcerias com outros veículos com o *The Intercept Brasil*. Até o recorte temporal de produção

deste artigo, localizado em junho de 2020, foram veiculados 33 textos⁶. O gráfico (Gráfico 1) abaixo representa as categorias que foram delimitadas a partir da Análise de Conteúdo da predominância de temáticas presentes nas reportagens especiais de *AzMi-na*:

Gráfico 1 – Temáticas predominantes nas reportagens especiais



Fonte: A autora (2020).

A Violência é o tema que mais aparece nas reportagens (21%). Se tratam de questões relacionadas à violência contra a mulher majoritariamente, referindo-se a casos de violência doméstica, sexual, feminicídio, ou ainda sobre assédio e relacionamento abusivo.

A realidade de violência contra as mulheres ainda é um assunto latente na sociedade brasileira, registrando diversas ocorrências. Podemos citar como exemplo os dados sobre o Brasil durante a pandemia de Covid-19 levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). Durante os meses de março e abril de 2020, houve o registro de um crescimento de 22,2% no total de feminicídios comparado ao mesmo período em 2019. Também, o relatório aponta a existência de uma maior dificuldade na denúncia de

⁶Reportagens especiais da *Revista AzMina*. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

casos de violência doméstica, o que fez com que reduzissem os registros de crimes nas delegacias de polícia e de concessões de medidas protetivas de urgência. Ainda assim, nota-se um crescimento no número de denúncias e chamadas para polícia militar e para o 180.

Mesmo diante da persistência e aumento desses dados, a violência é uma bandeira que foi levantada com maior ênfase a partir dos anos 1970 pelo movimento feminista brasileiro, e atualmente segue sendo uma das principais frentes de enfrentamento. Tais movimentações angariaram conquistas legislativas importantes, como a implantação de Delegacias de Defesa da Mulher em 1985, a Lei Maria da Penha em 2006 e a Lei do Femicídio em 2015. Contudo, continua havendo a necessidade de existir espaços como o Instituto Maria da Penha, a Associação Artemis, SOS Mulher e Família, entre outras instituições que tenham como foco o combate à violência, além de campanhas de conscientização sobre o tema, como a própria *AzMina* fez com a *#CarnavalSemAssédio*, o aplicativo *PenhaS* e as reportagens.

A segunda maior prevalência é de assuntos relativos à Política (14%), contemplando aspectos de legislação e participação feminina nas instâncias de poder. Nesse caso, podemos ver uma ambientação do cenário político nos textos, como por exemplo em reportagem tratando sobre as candidatas laranjas nas eleições de 2018. Porém, pode-se perceber um maior enfoque sobre as brechas e garantias das políticas públicas e leis que especificam demandas para as mulheres.

Já o terceiro é Raça (13%), seguido do quarto, Classe (11%). Diante dessa classificação, é interessante perceber como a perspectiva interseccional vem ganhando força tanto nas análises acadêmicas, quanto nas próprias ações do movimento feminista, e, conseqüentemente, em suas mídias. A necessidade de pensar outros elementos que complexificam a questão de gênero, como é o caso da raça e da classe, são componentes fundamentais para refletir sobre as opressões na atualidade a partir dos marcadores sociais da diferença.

Na quinta temática prevalecente, denominada como Outros (9%), se encontram temáticas que foram mencionadas somente uma vez. Entre elas estão: xenofobia, educação, prostituição, tráfico sexual, mulheres em situação de rua, religião, gordofobia e pandemia. Todos esses são temas que afetam as mulheres de diferentes formas. A pan-

demia, temática que aqui aparece, por exemplo, escancara ainda mais as diferenças de gênero⁷, demonstrando como as questões podem ser complexificadas diante do marcador social do gênero.

A sexta temática mais incidente é Crianças (8%). Essa categoria diz respeito a tópicos relacionadas à pedofilia, casamento infantil, alienação parental, trabalho infantil e violência contra crianças. Segue-se a sétima, Maternidade (7%). Se antes creche e papel familiar apareciam nas temáticas dos periódicos (POPADIUK; WOITOWICZ, 2018), agora parece haver uma mudança de foco, centrando em outras questões que se referem aos direitos das crianças - especialmente de meninas, como no caso do casamento infantil e pedofilia -, e a elementos envolvendo a maternidade em específico.

Na oitava posição temos Saúde (4%), com tópicos sobre saúde mental e sexual da mulher, destoando da alta posição ocupada pela mesma temática encontrada nos periódicos da investigação de Barbara Popadiuk e Karina Woitowicz (2018). A nona é Imigração/migração (3%), seguida das categorias com a mesma incidência: Trabalho (2%), Indígena (2%), Lesbianidade (2%), Aborto (2%) e Corpo (2%).

Ao comparamos as temáticas presentes em *AzMina* e as apreendidas no estudo dos jornais feministas no período de 1970 a 1980 (POPADIUK; WOITOWICZ, 2018), percebemos algumas semelhanças e outras tantas dissidências, como algumas já citadas. Mas, para além disso, é possível depreender que a questão política continua a ser um tema de alta incidência em ambas análises. Embora se tratem de períodos distintos, com a produção daquela década envolvida constantemente na denúncia e mobilização contra a ditadura militar, nota-se que ainda há um esforço em trazer uma contextualização e ligação do cenário político às reportagens, tratando de assuntos relacionadas à legislação, políticas públicas para mulheres e participação política feminina.

Entretanto, outros temas parecem perder força nas páginas atuais de *AzMina*. O trabalho, por exemplo, assunto que aparece com maior frequência na análise de Barbara Popadiuk e Karina Woitowicz (2018), aqui é veiculado pouquíssimas vezes. O mesmo fenômeno ocorre com questões relacionadas à saúde e aos direitos reprodutivos, a exemplo do aborto. Em contrapartida, algo apontado com baixa visibilidade pelas auto-

⁷A *Gênero e Número* levantou dados que apontam que mais da metade das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/metade-mulheres-passou-cuidar-pandemia/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

ras, como a raça, em *AzMina* apresenta uma incidência recorrente, assim como conteúdos relacionadas à classe. Porém, grupos LGBT, particularmente lésbicas, continuam sendo pouco tematizadas pelas reportagens.

Considerações finais

Uma chave de leitura possível sobre o jornalismo é compreendê-lo como sendo interpelado pelos contextos histórico, social e cultural nos quais está inserido. Também, ao colocarmos as “*gafas violetas*”⁸ a frente de nossos olhos, passamos a conceber que as questões de gênero conformam as práticas sociais e as instituições. Ao mobilizarmos essas duas concepções, podemos apreender o jornalismo como reprodutor de determinadas lógicas, as quais são sujeitadas a visões de mundo que reproduzem um delimitado sistema-mundo. Assim, refletir sobre práticas que buscam romper essas lógicas hegemônicas é um desafio necessário para pensarmos outras formas de visibilizar assuntos, pessoas e identidades que historicamente são renegadas pelo pensamento dominante.

Com “feminismo” sendo eleita a palavra do ano em 2017 pelo dicionário estadunidense Merriam-Webster⁹, vemos a atualidade de pensar sobre as ações, evoluções e impermanências do movimento feminista. Uma dessas possibilidades de abordagem é sua imbricação com a mídia jornalística, que desde meados do século XIX foi um canal fundamental para divulgação do pensamento feminista. Dessa maneira, focar em análises que buscam integrar os estudos feministas e os de jornalismo, principalmente tomando como objeto empírico uma iniciativa de jornalismo feminista como *AzMina*, mostra-se uma significativa maneira de refletir sobre essas outras formas de pensar e fazer jornalismo para além da reprodução de lógicas masculinistas.

Em se tratando das temáticas predominantes encontradas nesta análise, de fato alguns temas discutidos e abordados no período de 1970 a 1980 mantêm sua atualidade nos acontecimentos de hoje, como apontado por Barbara Popadiuk e Karina Woitowicz (2010). Porém, podemos perceber mudanças significativas em algumas temáticas: seja

⁸Gafas violetas, em português “óculos violetas”, é uma metáfora que foi empregada pela primeira vez pela escritora Gemma Lienas para designar um olhar feminista sobre o mundo.

⁹GELÉDES. Dicionário norte-americano elege ‘feminismo’ como a palavra do ano. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dicionario-norte-americano-elege-feminismo-como-palavra-do-ano>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

as que passaram a prevalecer, como é o caso de questões raciais e de classe; as que continuaram a vigorar fortemente, como a política; aquelas que despontaram na prevalência, como a violência; ou ainda as que continuam à margem ou na total invisibilidade, como as pautas das mulheres lésbicas, ciganas ou com deficiência.

Chamo atenção para baixa incidência da temática do Aborto, com apenas 2%. Por ainda ser uma frente de luta do movimento feminista, em um primeiro momento considerei que esse assunto seria mais abordado pela revista. Contudo, também fui surpreendida pela aparição do tema Crianças com uma alta aparição (8%), algo que com o tempo passou a ser também pautado pelo movimento. Também, Raça (13%) e Classe (11%) ocuparem as primeiras posições demonstra uma afinidade entre o movimento, a academia e a prática jornalística, por meio da crescente das análises interseccionais. Por meio desses fatores, podemos perceber que há uma diversidade temática ampla no jornalismo feminista de *AzMina*, a qual dialoga diretamente com as pautas do movimento social, corroborando com o aspecto pedagógico de formação política para o pensamento feminista observado por Ana Beatriz Silva (2017).

A partir desses resultados, também é possível depreender que alguns aspectos da primeira geração da imprensa feminista cunhada por Elizabeth Cardoso (2004) aparecem aqui, com Política e Classe ocupando respectivamente a segunda e a quarta posição em predominância. Todavia, prevalece algo como pano de fundo nas reportagens analisadas. Isto é, todas tratam sobre assuntos que tocam em particular a vida das mulheres: a migração de nordestinas, a exploração sexual de meninas em Minas Gerais ou em povos ciganos com os casamentos infantis, as outras formas de maternar para indígenas e lésbicas. Por meio de elementos que exploram aspectos culturais, são construídas narrativas que abordam variadas temáticas transversais às mulheres, preocupando-se em tratar suas especificidades. Assim, podemos perceber vigorosamente a mobilização de características da segunda geração (CARDOSO, 2004) nos demais temas presentes na revista.

Por fim, embora esta pesquisa tenha seu foco nas temáticas, é possível perceber alguns elementos relevantes derivados dela. O primeiro deles é a pluralidade do jornalismo feminista, demonstrando que essa prática é composta por vários jornalisismos que diferem não apenas em função da época que existiram, mas também nas abordagens que

concedem a determinados assuntos. Também, podemos pensar sobre aspectos relacionados à própria construção das narrativas, na qual as mulheres são de quem se fala, quem se entrevista e quem se escreve nessas reportagens, fazendo circular outras visões de mundo com enfoque nas causas das mulheres. A partir disso, torna-se necessário avançar para outras investigações acerca dessas iniciativas de jornalismo feminista, no sentido de perceber as contribuições, tensões e desestabilizações que essa perspectiva incide ou pode incidir na prática jornalística.

Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. s.d. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_>. Acesso em: 12 jul 2020.
- AZMINA. **Missão, visão e valores**. s.d. Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 2, 2015. p. 190-199.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BECHLER, Cláudia Garibotti. **A produção da mulher no discurso D’Azmina durante a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Curso de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2017.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- BUITONI, Dulcília Schroeder; LOPES, Martha. “Revista Azmina” e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, 2018. p. 21-40.
- BURCH, Sally. El reto de las nuevas tecnologías. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). **Por todos los medios: comunicación y género**. Santiago: Isis Internacional, 1996.
- CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2004.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicilia. **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 41-56.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19 Edição 02**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19-edicao-02/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

POPADIUK, Barbara Maria; WOITOWICZ, Karina Janz. Diálogos entre jornais alternativos e lutas sociais: Retrato dos temas predominantes na imprensa feminista brasileira (anos 1970-80). In: XXI Seminário de Inverno de Estudos Em Comunicação, 21, Ponta Grossa. **Anais... XXI Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2018. p. 25-35.

RODEMBUSCH, Rodrigo Severo; FRITSCH, Gabriela da Silva. Imprensa feminista: o feminismo nas produções jornalísticas da revista digital AzMina. In: 40º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 40, 2017, Curitiba. **Anais... Intercom Nacional**. Curitiba: Intercom, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Rangel. **Comunicação e gênero: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.

VECCHIO-LIMA, Myrian; SOUZA, Humberto. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media&Jornalismo**, Lisboa, v. 17, n. 31, 2017. p. 131-152.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020



Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero 9, 9, Florianópolis. **Anais...** Fazendo Gênero 9. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010.